

As indeterminações do governo Lula

Manuel Bezerra Neto¹

O ano de 2022 (ano eleitoral para presidente da República), do ponto de vista da política desastrosa e de decomposição das estruturas do Estado brasileiro, promovida pelo atual governo, fixou bem o retrato da crise estrutural profunda em todas as esferas da vida institucional do Brasil, agregada à crise de representação das relações de poder entre as classes sociais e a política. Sobre os escombros da demolição econômico-social e política do governo Jair Bolsonaro, cuja vontade paranoica era governar de forma autocrática e apoiado em grupos milicianos armados e setores militares herdeiros da ditadura de 1964.

No quadro da disputa eleitoral pela presidência da República, as forças em confronto estiveram basicamente configuradas, de um lado, apresentando para a sociedade um núcleo político em que se agrupam as forças de extrema direita, fascista, capitaneadas pelo então presidente Bolsonaro; de outro, um conjunto heterogêneo de forças, que vão desde a esquerda que luta pela transformação estrutural da sociedade capitalista, até uma massa difusa que, no final, teme ver dissolver-se o *status quo* da sociedade democrática burguesa. Sem dúvida, esse o grande medo que os colocava diante do dilema de escolher a opção: cair nas garras de uma ditadura fascista comandada por Bolsonaro ou aceitar conviver com forças populares que, não obstante, da mesma forma não visualizavam uma direção política representativa dos seus interesses; daí sua alternativa por engajar-se na campanha eleitoral comandada por Lula e o PT.

Evidentemente, diante da ameaça iminente de o fascismo se consolidar no poder, reelegendo-se Bolsonaro, o bom-senso e a racionalidade

¹ Filósofo. Professor aposentado do Curso de Educação da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: Manuel-bezerra@hotmail.com.

prevaleceram, não lhe permitindo então realizar seus planos de exercer o poder autocraticamente, à margem das normas constitucionais estabelecidas em 1988. É que as forças progressistas perceberam com certa clareza que a luta não poderia se desenrolar em torno de projetos alternativos específicos de classe, ideologicamente distintos, entre burguesia e proletariado que, nesse momento, dada a opressão agressiva do capital contra as forças do trabalho, encontravam-se, por isso mesmo, num processo acelerado de dissolução e dispersão perante seus antigos núcleos representativos (suas entidades sindicais) dos interesses classistas dos trabalhadores, a partir, pelo menos, do final da ditadura de 64.

O que representa o governo Lula

Responder a esta indagação requer uma visada mais ampla e retrospectiva sobre a evolução política emergida do contexto pós-ditadura - ainda que ele não tenha significado um processo novo de descontinuidade na evolução histórica do poder político das classes dominantes no Brasil. Mesmo assim, o fato marcante é que o projeto petista, comandado por Lula, emerge no cenário de esgotamento da ditadura de 1964, e deve ser interpretado antes não enquanto um processo disruptivo, em substituição ao projeto civil-militar de 64, mas apenas enquanto mais um esforço de acomodação das forças em confronto (forças populares contra classes dominantes), no sentido de preservar e manter as estruturas do Estado capitalista. Ora, o aparecimento de Lula no cenário real do Estado e da sociedade fora apenas a sinalização da renovação do pacto diabólico das classes dominantes contra as classes populares. Por conseguinte, nesta última eleição - de 2022 - o carisma do candidato petista foi mais uma vez a chave para alcançar um duplo objetivo de, á medida que era necessário e indispensável derrotar o projeto fascista de extrema direita, impunha-se também a exigência de reacomodação das diversas forças do campo popular e democrático. A função do carisma, segundo Francisco de Oliveira, *“inscreve-se (...) como força histórica, e finalmente se personaliza (...), inclina o processo histórico em determinada direção”* (A era da indeterminação - 2007).

A eleição de Lula ocorre num momento crucial da política brasileira, em vista da avalanche de afrontas e descumprimento das normas constitucionais vigentes desde 1988; sua característica marcante foi a suspensão entre a economia e a política; entre as classes sociais e suas representações políticas, uma vez que já não se falou mais em partidos; estes se tornaram apenas números exigidos pelo TSE, fazendo com que, então, a política institucional adquirisse um rumo aleatório e fosse traduzida somente em termos dos interesses econômicos do grande capital aventureiro e de sua radicalização ideológica conservadora e autoritária que só visava o controle do Estado sem a presença da política. Ademais, para as massas populares, sua escolha política resumiu-se, sem dúvida, a apenas votar no candidato que prometia a manutenção dos benefícios sociais (programas de assistência para as famílias de baixa renda ou sem nenhuma renda)- uma forma distorcida e falaciosa de combate à pobreza, na medida em que se tornasse possível manter o processo brutal de concentração da renda nacional na ínfima minoria dos donos do poder. Esse quadro nos faz remontar à história da Roma antiga, quando Júlio César, para retomar o poder sobre Roma teve que atravessar o Rubicão com seus exércitos, enquanto, por aqui, na atualidade, Lula não foi capaz de enfrentar - desde sua primeira aparição na política - as forças conservadoras em seu núcleo mais sensível, preferindo não fazer a travessia, ao refazer sua “Carta ao povo brasileiro”, como uma verdadeira sinalização de que os interesses do grande capital continuariam a ser preservados.

Atravessar o Rubicão é a metáfora que simboliza anunciar um projeto específico de ruptura com o conteúdo político e econômico da chamada “Nova República”, consubstanciada na Carta de 1988. Devemos perceber que os setores principais das comunicações sociais, à frente o Sistema Globo, na medida em que pressentiram que as ameaças a seus jornalistas seriam também ameaças à imprensa de um modo geral, caso Bolsonaro fosse reeleito; ainda que os objetivos da grande mídia não era um projeto que contivesse como outro os interesses do povo e do Brasil como nação independente, ou ao menos como paradigma de liberdade, soberania e dignidade da Nação, mas antes, porém, e acima de tudo, a sobrevivência da democracia burguesa, para continuar como porta-voz do poder dessa classe. É interessante perceber-se que seu apoio ao

candidato das esquerdas se mostrou mais como uma armadilha e uma cobrança ao presidente eleito, uma vez que isso implica em ter a segurança de que os interesses que Lula representa agora não devem ser exatamente aqueles das classes que originariamente ele representou no passado, mas apenas a reiteração dos compromissos assumidos perante os interesses do mercado e do grande capital.

O paradoxo da eleição de Lula é que ele vai chegar ao poder no momento em que a classe trabalhadora se acha mergulhada num opressivo processo de desarticulação e desmanche. A indeterminação do seu futuro governo será a contradição perversa de que seu discurso atual não se identifica mais propriamente com sua classe, mas apenas como um apelo à “*união nacional*” de todos os brasileiros. Em razão disso, talvez Lula e o PT tenham imaginado ser possível dar um giro de 180°, dado que o poder de influência de sua antiga base classista esteja se reduzindo a quase nada. Ainda que, na aparência, Lula pretenda representar a síntese da sociedade brasileira, essa é uma interpretação equivocada, uma vez que sua - e do PT - concepção sobre o Estado e a sociedade liberal ainda é aquela do pós-2ª. Guerra; isto é, do “Estado assistencialista”, o qual permitiu um período de calma na turbulência das lutas de classes entre o capital e o trabalho. Neste sentido, a vitória do candidato da “*frente ampla*” nos leva novamente à metáfora da travessia do Rubicão, com a diferença de que Júlio César o atravessou e conquistou Roma, e o nosso candidato estacionou e retrocedeu em face do que representa de fato a *grande aliança* de forças que o elegeu; significa render-se mais uma vez às forças do capital - ainda que, por alguma razão o justifique -, na tentativa de agradar a Deus e ao diabo. Esta reflexão não significa que as condições de uma ruptura institucional estivessem objetivamente postas, uma vez que o momento inicial de dar um salto à frente deveria ter sido em sua ascensão em 2002, cujo projeto fora implodido, dando como resultado o governo Bolsonaro. De modo que a crise política e social que vivenciamos hoje não pressupõe que abandonemos os temas clássicos da revolução, mas a compreensão de que a revolução está inserida na análise dos problemas estruturais produzidos pela sociedade capitalista. Assim, posição de acomodação do futuro governo Lula é demonstrada sem dúvida por sua inflexão à direita perante os *órgãos policiais*

do capital financeiro, dos grandes latifundiários do “agronegócio” e dos governos imperialistas do mundo afora. Marx nos ensinou que não podemos alcançar o ideal fora das possibilidades do real; precisamos nos defender de toda visão utópica e irresponsável da pequena burguesia. Entretanto, é preciso proteger os elementos já conquistados da nova sociedade pelas condições socioeconômicas; quer dizer, descobrir o *novo* nas entranhas do *velho*: novas formas de organização, novas formas de luta, novas contradições na sociedade que deve ser superada.

Deve-se perceber que o “*consenso*” alcançado entre os diferentes setores sociais heterogêneos buscou antes enfatizar a conhecida relação de prevalência dos interesses de classe hegemônicos que não quis tratar dos aspectos internos dos mecanismos de dominação que favorecem as condições de acumulação do capital no Brasil, de modo que o problema da crise estrutural brasileira não foi apenas o confronto - inevitável, mas necessário - entre a defesa da ordem democrática e a emergência fascista da forma ditatorial de comandar a sociedade brasileira. Assim, passou despercebido que o problema real não foi somente tal ameaça fascista, mas, da mesma forma, a oposição interna entre as classes sociais; quer dizer, isso exige uma análise teórica que tem de responder quem exercerá a hegemonia: se as forças internas que articulam as necessidades concretas das massas marginalizadas pelo sistema ou se continuam a ser as leis que estruturam as relações gerais do sistema tradicional de dominação social e política no Brasil.

É, portanto, nesse ambiente de indefinições políticas que setores da burguesia nacional - industriais e financistas - passaram a se engajar na campanha eleitoral contra a proposta fascista de sua outra parte: grandes fazendeiros do *agro-business*, *especuladores da Bolsa*, etc- sob a condição de manter sua participação ativa na condução da política econômica, em particular, o controle sobre os “*gastos públicos*”.

A adesão circunstancial desses setores das classes dominantes explica o amplo arco de aliança que, sob o pretexto de defender a ordem constitucional instalada a partir de 1988, com a promulgação da Carta Magna, é que realmente reconduz ao poder o ex-presidente Lula. Mas de tal forma o futuro governo se

projeta numa perspectiva de incertezas que não podemos alimentar a crença bíblica do milagre dos pães e do vinho, porque, no final, sobressai a questão de saber-se onde se localizaria objetivamente o centro de gravidade desse poder? Não obstante, não parece difícil saber quem na verdade manda, quem é o núcleo articulador desse novo poder, haja vista a composição congressual cujo humor político é extremamente volátil e errático em relação a qualquer projeto de governo que contrarie seus interesses de classe. Está posta assim a questão da hegemonia, que a princípio poderia ter por base a classe trabalhadora, mas que, na verdade, parece apenas uma forma consensual ocasional para responder antes, abertamente, às demandas do empresariado; i. é, contemplar o conservadorismo das políticas econômicas das classes dominantes, enquanto, por outro lado, a questão da hegemonia se mostra como um enigma incrustado no próprio governo, pelo fato de que sua estratégia de conciliação tem muito mais de ingenuidade que de visão tática objetivo enquanto esforço de conquistar aliados. Na verdade, a aliança idealizada demonstra a tibieza de um governo que se afasta progressivamente do seu antigo núcleo originário, e sob o pretexto de uma política assistencialista, se rende mais uma vez às determinações do processo de acumulação do capital.

Brejo Santo, dezembro de 2022.